

Léopold Senghor & Cheikh Anta Diop, rivais: Descolonização e Unidade Africana

Camille Johann Scholl¹, PUCRS

Resumo

Este trabalho pretende fazer uma análise entre o pensamento de dois eminentes intelectuais senegaleses, Léopold Sédar Senghor e Cheikh Anta Diop, tendo como linha condutora as distintas interpretações a respeito da descolonização e da construção da Unidade Africana. Trata-se de pontuar as dissensões políticas e intelectuais com um olhar para o contexto histórico, pontuando como forjaram distintas interpretações a respeito da “África Negra”.

Palavras-Chave: Léopold Sédar Senghor; Cheikh Anta Diop; Descolonização; Unidade Africana.

Abstract

This work proposes an analysis between the thinking of two eminent Senegalese intellectuals, Léopold Sédar Senghor and Cheikh Anta Diop. The guideline is different interpretations regarding the decolonization and the construction of an African Unity. It delimits the intellectual and political dissension, looking at the historical context, pointing out how they forged different interpretations about “Black Africa”.

Keywords: Léopold Sédar Senghor; Cheikh Anta Diop; Decolonization; African Unity.

Descolonização e Unidade Africana, temas comuns pautados entre dois intelectuais nascidos no Senegal: Léopold Sédar Senghor e Cheikh Anta Diop. Provindos de origens distintas, Senghor, um serere católico e Anta Diop, um wolof e islâmico, ambos tiveram a formação possibilitada para a elite colonial nativa senegalesa: rumaram para Paris para realizarem os estudos superiores, Senghor em 1928, Diop em 1946.

No campo intelectual e político tiveram profundas dissensões, que serão analisadas por este artigo, com a pretensão de perscrutar as suas diferentes filiações partidárias, que estão estritamente vinculadas com as visões sobre como o processo de descolonização deveria ser construído no continente africano.

Trata-se de investigar a construção do processo de descolonização, em linhas gerais, com foco na experiência da África Ocidental Francesa, tendo em vista pensar a opção pela via do federalismo – e permanência da ideia, após a falência de algumas experiências, como a Federação do Mali². Assim, pretende-se olhar para os diferentes projetos políticos e visões sobre a Unidade Africana, a partir destes dois icônicos intelectuais e políticos senegaleses, Senghor e Diop.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, orientada pelo Prof. Dr. Marçal de Menezes Paredes e bolsista de doutorado da CAPES.

² Esta abarcava o território do atual Senegal e Mali e teve duração de alguns meses entre 1959-1960.

Léopold Senghor no contexto da União Francesa à “Loi-Cadre Defferre” (1946-1956)

Um marco fundamental no prelúdio das negociações pela descolonização no contexto francês pós-guerra (1945-1946) foi a criação dos partidos políticos africanos. Como demonstra Suret-Canale e Boahen (2010), este foi em um contexto ainda de “assimilacionismo”, do qual o Senegal era colônia exemplar. Os autores ressaltam estas novas organizações políticas africanas estavam vinculados com os partidos franceses:

Convém todavia sublinhar que, contrariamente aos seus homólogos das colônias britânicas, estes partidos estavam associados a partidos franceses, por vezes como o seu prolongamento direto: tal é o caso do Partido Socialista, no tocante ao qual a Federação do Senegal dominaria a vida política desse território até 1948. [...] Frente à contra--ofensiva colonial desenvolvida no curso do verão de 1946, alguns africanos eleitos convocaram uma reunião de todos os partidos políticos em Bamako, em outubro de 1946 (SURET-CANALE e BOAHEN, 2010, p.208-209).

Neste contexto, Léopold Senghor, então deputado da Assembleia Nacional Francesa pelo Senegal desde 1945, acompanha, de dentro do sistema político francês, todas as convulsões e reconfigurações da França e seu Império no pós-guerra, assim como participa da forja, junto aos outros deputados da Assembleia Nacional Francesa representando os “territórios africanos”, de uma reordenação jurídica das antigas colônias – o que desembocou na construção de uma via política para a descolonização. Neste período, Senghor era filiado à Secção Francesa da Internacional Operária (SFIO) - com vínculos socialistas. No Senegal, a SFIO tem desencontros internos: Lamine Gueye, o líder socialista no Senegal, era muito mais voltado aos interesses de uma elite ligada à cidade de Saint-Louis e Senghor, neste momento, está muito mais preocupado com os interesses da população rural.

Em decorrência da cisão política, Senghor une-se a Mamadou Dia, criando o “*Bloc Démocratique Sénégalaise*” (BDS), em 1948, ao desfiliar-se da SFIO. Assim, enquanto os socialistas de Gueye faziam suas campanhas no espaço urbano, Senghor dava prioridade às zonas rurais e criava laços com as autoridades tradicionais, assim como as islamizadas (COLEMAN, 1964). O BDS era caracterizado como:

uma ‘federação orgânica’ a qual as pessoas poderiam associar-se individualmente ou por grupos regionais ou intermediários, como o fez a *Tukolor Union Général des Originaires de la Vallée du Fleuve* e o *Mouvement des forces Démocratiques de la Casamance*, como também o fizeram pequenos grupos étnicos e locais. O partido enfatizava valores

e interesses africanos e advogava medidas econômicas e sociais simples que tinham apelo a população rural³ (COLEMAN, 1964, p.20)

Nesta conjuntura é que Senghor e Mamadou Dia, líderes do BDS, na Assembleia Nacional da França, vão alinhar-se com o grupo de deputados denominados “*Indépendants d’Outre-Mer*” (IOM). O grupo era composto por parlamentares representantes dos departamentos do continente africano, não alinhados aos socialistas e nem aos comunistas: uma terceira via . O IOM faz uma declaração em 1948, repetida nos mesmos termos em 1951, rejeitando o objetivo da independência imediata em prol de uma controlada e negociada, propondo a manutenção das relações com a Metrópole (Cooper, 2014, p.190).

Em tal momento, Senghor pedia uma “solidariedade vertical” e uma ação comum entre a França e as suas antigas colônias, assim como defendia um “federalismo ativo”. Entre 1953 e 1954, o BDS requisitou uma revisão constitucional que possibilitasse a construção de uma grande Federação Francesa (Cooper, 2014, p.238). Por “federalismo ativo” entendeu-se uma “descentralização dupla”: da França e dos governos gerais, em benefício das assembleias territoriais, democratizando o sistema.

Segundo análise de Elaigwu e Mazrui (2010, p. 529):

O Bloco Democrático Senegalês (BDS), liderado por Senghor soube, também ele, transcender os laços étnicos e mobilizar o povo senegalês, em prol da independência. Ainda mais notável, em um país predominantemente islâmico, o cristão Senghor obteve a adesão dos mais influentes marabutos muçulmanos, os quais desempenharam um papel de primeira grandeza em sua vitória sobre o seu rival Lamine Gueye. O caso de Senghor denota, clara e primeiramente, a existência de um nascente, porém dinâmico, processo de edificação da nação, antes mesmo da independência. Oferecendo um belo exemplo de sucesso ecumênico, este católico governou um país composto por 80% de muçulmanos.

Neste processo de “edificação da nação antes da independência” é preciso ressaltar as tentativas de manutenção do sistema colonial em outros moldes, tal como ocorre em 1956 com a aprovação da “*Loi-Cadre Defferre*”: esta concede autonomia (com restrições) aos oito territórios da África Ocidental Francesa, descentraliza a administração de cada um dos oito territórios, introduz o sufrágio universal, concede autoridade às assembleias territoriais provendo um conselho de ministros e coloca um fim na política de assimilação, ou seja,

³“An organic federation with wich people could be associated either individually or through regional or other intermediary groupings, such as Tukulor Union Général des Originaires de la Valée du Fleuve and Mouvement des forces Démocratiques de la Casamance, as well as tiny local ethnic or craft groups. The party emphasized African Values and interests, and advocated specific economic and social mesures wich had a direct appeal to the bush population.”.

pavimentou o caminho para as independências (COLEMAN et al., 1964, p.22). As modificações delineadas por esta lei foram aprovadas por conta dos debates parlamentares provindos do exterior da metrópole, ou seja, dos territórios africanos, muito embora o cenário, em 1956, já estava bastante radicalizado (Birmingham, 2009).

É neste contexto que se configura o discurso de Senghor, ainda muito com foco em análises culturais da África Negra, a respeito da questão da mestiçagem. Este representa uma inflexão no seu pensamento: pensar uma África Negra, enquanto unidade, a partir da chave explicativa da mestiçagem, “menos biológica”, e “sobretudo cultural” (Senghor, 1964). Concomitantemente, ele abarca em sua obra ponderações sobre o marxismo e passa a proferir uma interpretação sobre este, pensando uma nova via africana para construção do socialismo africano. Junto a isto, também já realiza uma autocrítica da própria obra, aceitando ser necessário ampliar as visões no que diz respeito às análises da “infra-estrutura” na perspectiva da dialética marxista.

Trata-se da proposição de uma nova tonalidade ao socialismo, por meio “africanização” deste no âmbito democrático, sob o alicerce de uma filosofia humanista, que segundo análises de Senghor, é própria do negro-africano. O autor mobiliza, então, alguns fundamentos do Movimento da Negritude (lançados uma década anterior, junto à Léon Damas e Aime Césaire) entrelaçando agora, a “*Négritude*” com novas realidades políticas.

Já a presença da mestiçagem, transportada para o âmbito político, configura-se pela ideia de conciliação, ou seja, advoga uma relação pacífica entre as diferenças. Desta forma, também emergem as ideias de federação e confederação – muito em diálogo com as soluções da IV República para reordenar a nação e evitar o conflito para além da Argélia (Sheppard, 2006).

Cheikh Anta Diop, o jovem comunista: da Conferência de Bamako ao RDA

A Conferência de Bamako, ocorrida após a instituição da União Francesa⁴, foi uma reunião de partidos convocada por deputados africanos eleitos para a Assembleia Nacional Francesa em Outubro de 1946, na cidade de Bamako, no Sudão Francês (atual Mali). O encontro ocorreu sob a liderança do deputado pela Costa do Marfim, Félix Houphouët-Boigny⁵. Como

⁴ Houve uma reorganização da jurisdição do território da República. O formato da República Francesa dividia-se em França metropolitana, *département et région d'outre-mer*, a Argélia, os *Territoires d'outre-mer* (ex-colônias), Territórios associados (Camarões e Togo) e Estados associados (Marrocos, Tunísia, Camboja, Laos, Vietnam).

⁵ Segundo apresentação de Suret-Canale e Boahen (2010, p.209-210) “Félix Houphouët-Boigny, médico africano originário de uma família reinante do país baoulé, antigo chefe de cantão e grande plantador, fora em 1944 o criador do Sindicato Agrícola Africano, reunindo os plantadores africanos de café e de cacau. À época, eles encontravam-se envolvidos em um severo conflito com os colonos que haviam herdado do governo de Vichy

encaminhamento do mesmo, ocorre a criação do “*Rassemblement Démocratique Africain*” (RDA), um partido que aglutinava diferentes movimentos anticoloniais da África Ocidental e Equatorial Francesa, tendo como pautas a rejeição da assimilação assim como a solicitação pela independência política imediata das colônias francesas (BENOT, 1981, p.99). O RDA, naquele período, acabou ficando estreitamente relacionado com o Partido Comunista Francês, com intelectuais formados em seus grupos de estudos. Também aglutinava o movimento sindical da “*Confédération Générale du Travail*” (CGT) e o movimento estudantil dos africanos em Paris.

Os debates do RDA foram marcados pela pauta do federalismo e pela defesa da independência imediata. Por ser vinculado ao Partido Comunista Francês, os deputados africanos vinculados aos socialistas, como Léopold Senghor, boicotaram o encontro em Bamako (BENOT, 1981, P.99).

Cheikh Anta Diop foi integrante do movimento de estudantes dentro dos quadros do RDA, na “*Federação de Estudantes Africanos da França*” (FEANF). Os estudantes participantes do movimento do RDA são apresentados por Diop como mobilizadores de uma posição anticolonialista mais incisiva com base em uma perspectiva marxista, ao mesmo tempo em que valorizavam a questão do “conceito cultural”. Diz que:

Os arquivos da FEANF (Federação de Estudantes Africanos da França) indicam que ela não começou a adotar posições anticolonialistas até ser dirigida por estudantes da RDA. Enfatizamos o conteúdo cultural e político que incluímos no conceito de independência para que este seja adotado na África francófona [...] O conceito cultural chama especialmente a atenção aqui, o problema foi colocado em termos de restauração da personalidade nacional africana coletiva [...] Pode parecer tentador iludir as massas envolvidas em uma luta pela independência nacional, tomando liberdades com a verdade científica, revelando um passado mítico e embelezado.⁶ (DIOP, 1974, p.2).

Desde este período, em Diop, o aspecto cultural se relaciona mormente com a construção de uma “consciência histórica”. Tal se expressa pela percepção de que a “África Negra” seria um “contínuo histórico” (DIOP, 2012, p.19) que tem sua gênese na civilização egípcia antiga: esta seria a precursora da civilização negro-africana, ou seja, haveria uma “maternidade egípcia” para as civilizações africanas. Neste sentido, politicamente, o autor

importantes privilégios, tais como preços de compra preferenciais e o monopólio sobre a mão de obra, caracterizada pelo trabalho forçado, bem como sobre o equipamento”.

⁶ “The archives of FEANF (Federation of African Students in France) indicate that it did not begin to adopt anticolonialist positions until it was directed by RDA students. We stressed the cultural and political content that we included in the concept of independence in order to get the latter adopted in French-Speaking Africa (...) The cultural concept especially will claim our attention here, the problem was posed in terms of restoring the collective national African personality (...) It could seem to tempting to delude the masses engaged in a struggle for national independence by taking liberties with scientific truth by unveiling a mythical, embellished past.”

define que a “alienação cultural” (DIOP, 2012, p.30) é usada como arma de dominação, ou seja, cada vez que um povo conquistou outro, tem dela se utilizado, negando ao dominado toda a “capacidade criativa” (DIOP, 2012, p.30). É dentro deste escopo que um dos ataques ao colonialismo, defendidos por Diop, se trata da construção de uma consciência cultural e histórica dos significados da “África Negra”.

De forma que sua pesquisa, desenvolvida na Universidade de Paris entre 1948 e 1953, a qual resultou em sua tese, “Nações Negras e Culturas”⁷ estava engajada nas pautas do movimento anticolonial ao qual transitava. A tese tratou de expressar: “Todas as nossas ideias sobre a história africana, o passado e o futuro de nossas línguas, sua utilização nos campos científicos mais avançados e na educação em geral, nossos conceitos sobre a criação de um futuro estado federal, continental ou subcontinental.”⁸ (DIOP, 1974, p.2) construindo uma “atividade intelectual” que contribuiria para despertar a “consciência cultural dos africanos”. (DIOP, 2012, p.42).

Já na obra subsequente, “A Unidade Cultural da África Negra” (1959), Diop defende uma origem autóctone para o Egito Antigo: uma gênese “negra” e “africana”. Neste texto, ele justifica seu esforço científico na busca de “libertar a profunda unidade cultural que permaneceu vivaz sob ilusórias aparências de heterogeneidade” (DIOP, 2015, p.9) em busca de mobilizar as condições materiais para “explicar os traços culturais comuns a todos os africanos, desde a vida doméstica até a da nação, passando pela superestrutura ideológica, os sucessos, os fracassos e as regressões técnicas” (DIOP, 2015, p.9), tratando das bases da defesa de uma Unidade para os “Povos da África Negra”.

Estes textos são fundantes de uma ideia de “cultura africana” sinônimo de “cultura negra” ao qual ele contrapõe a uma “cultura nórdica” ou “cultura ariana”, dizendo que “em cada um destes domínios, tão diversificados, procurei desvendar o denominador da cultura africana por oposição à cultura nórdica” (DIOP, 2015, p.10). Assim, Diop trabalha em prol da disseminação dessas ideias e torna-se um dos principais ideólogos de um discurso histórico – formando uma escola de historiadores africanos “diopistas” (Barry, 2000) – que trabalham em prol de pesquisas científicas com objetivo de embasar a ideia de “Unidade Africana”.

⁷ “Nações Negras e Cultura” foi a tese de doutorado de Cheikh Anta Diop, produto de suas pesquisas enquanto estudante da Universidade de Paris. Em 1951 defende a mesma, que não foi aprovada, demonstrando a delicadeza do tema em relação à conjuntura a qual foi apresentada. Em linhas gerais, ele arguia uma origem negra para o Egito Antigo. Diop, nos próximos anos, segue com suas investigações históricas complementando a tese. Publica a mesma, antes de ser aceita (o que ocorre em 1960, ano que Diop retorna ao Senegal).

⁸ “All our ideas on African history, the past and the future of our languages, their utilization in the most advanced scientific fields as in education generally, our concepts on the creation of a future federal state, continental or subcontinental”.

A unidade através da Federação: a experiência da Federação do Mali, querelas entre Senghor e Diop (1958-1960)

Para o contexto francês, a crise de Maio de 1958, que emerge por conta dos conflitos na Argélia, leva o General Charles de Gaulle novamente ao centro do poder em Paris (Shepard, 2006). Governando por decretos, é aberta uma nova Assembleia Constituinte que irá instituir a Quinta República e há a substituição da União Francesa pela Comunidade Francesa, momento ao qual, por intermédio da participação ativa de Félix Houphouët-Boigny, as colônias terão direito de escolha pela participação na Comunidade ou pela independência imediata⁹.

Nesta conjuntura, os deputados da Assembleia Nacional Francesa pelo Senegal – entre eles, Léopold Senghor e Mamadou Dia - assim como os do Sudão Francês, Alto Volta e Daomé reúnem-se em Bamako e depois em Dakar, para redação de uma constituição com vista de construir uma federação entre os estados da antiga África Ocidental Francesa, o que acaba por tomar forma com o nome de “Federação do Mali”. Esta prometia uma independência com associação à “Comunidade Francesa”.

No processo, o Daomé e o Alto Volta saem do projeto, e os representantes do Sudão Francês (representados por Modibo Keita) e do Senegal (representados por Senghor e Dia) agrupam-se no “*Parti de la Fédération Africaine*” (PFA). Neste contexto, a França abre negociações com os representantes da Federação do Mali para a transferência pacífica da soberania.

Com relação a experiência da Federação do Mali, iniciada em 1959, Senghor (1965, p.20) requeria a “realização de uma nação Negro-Africana, de língua francesa, da qual o estado federal, a Federação do Mali, constitui a primeira etapa”. Defende a ideia de federação a partir da teoria de Pierre-Joseph Proudhon – que faz parte do espectro de suas leituras do socialismo. Acaba por entrelaçar a teoria com o argumento do sucesso dos estados federados, como Estados

⁹ Birmingham (2009, p.22) analisa o processo da viagem de De Gaulle a África Ocidental e construção do que seria denominado a “via gaullista”: “He visited Africa dangling a carrot and wielding a stick. The carrot was the offer of special privileges to colonial politicians, funds for economic and educational development, and free access to Paris society where elite Africans felt culturally at home. The price was the acceptance of membership of a French union that would be much more closely knit than the British commonwealth and in which France would make the grand strategic decisions. The stick was short and blunt: any colony that voted Non to De Gaulle’s union would be cast out to fend for itself without access to the technical, financial or philosophical comforts.” Tradução livre: “Ele visitou a África balançando uma cenoura e empunhando um pedaço de pau. A cenoura era a oferta de privilégios especiais aos políticos coloniais, fundos para o desenvolvimento econômico e educacional e livre acesso à sociedade de Paris, onde os africanos de elite se sentiam culturalmente em casa. O preço era a aceitação da adesão de uma união francesa que seria muito mais estreitamente ligada que a comunidade britânica e na qual a França tomaria as grandes decisões estratégicas. O bastão era curto e direto: qualquer colônia que votasse ‘não’ na união de De Gaulle seria expulsa por si mesma sem acesso aos confortos técnicos, financeiros ou filosóficos.”

Unidos da América, Canadá ou o Brasil, que seriam exemplos para a adequação da federação em território africano, a ser inserido dentro de uma estrutura política maior, a “*Commonwealth a la Française*” (SENGHOR, 1965, p.20).

Tais ideias de Senghor estão inscritas na obra “*Nation et voie du socialisme africaine*”¹⁰. Portanto, percebe-se que Senghor de fato aspirava ser um “construtor de comunidades” ao “estilo federal” (Senghor, 1965). Assim, ele é assertivo quando afirma que a nação constrói a sua soberania com o desenvolvimento econômico – e as nações em emergência, como as do continente africano, correriam o perigo da balcanização.

Senghor define a via africana do socialismo: esta teria como alicerce um “tríplice inventário” que construiria o “nosso plano de desenvolvimento baseado em contribuições europeias, socialistas e no que houver de melhor na civilização negro-africana” (SENGHOR, 1965, p.8). Com esta análise histórica em vista, o autor desenvolve e defende o conceito de uma “democracia federal” como sustentáculo da “unidade africana” (Senghor, 1965).

Senghor, em síntese, apresenta que:

Somos, para sermos precisos, negro-africanos misturados com bérberes, nascidos em uma certa terra e sob um certo clima, com uma herança cultural original. Mas homens do século XX moldados, queiramos ou não, por uma civilização socializante, que está destinada a tornar-se planetária [...] é a realização da simbiose dos valores negro-africanos, mais exatamente negro-bérberes, com os valores europeus, porque é a Europa que proporciona os meios teóricos da civilização em formação (SENGHOR, 1965, p.6-7)

Por definição do autor, a civilização Negro-africana seria socialista e democrática na sua origem, de forma que a opção por uma forte democracia federal teria como objetivo a “preservação da diversidade” da mesma forma em que “a diversidade enriquece a federação” (SENGHOR, 1965, p.62). Com relação a sua leitura de democracia e diversidade é possível ver que esta vem para assegurar a concepção de uma “África Negra” como resultado de uma mestiçagem das diferentes matrizes de civilizações que a compuseram ao longo da história.

No contraponto, há o debate a respeito do modelo federalista na obra de Cheikh Anta Diop. Este é o manifesto “África Negra: as bases econômicas e culturais para um estado federal”, no qual Diop apresenta um tópico sobre a questão da conformação política da federação. Para ele, “a ideia de federação deve constituir – para todos nós, especialmente para aqueles que ocupam altos cargos políticos – um método de sobrevivência” (DIOP, 1987, p.16).

¹⁰ A tradução para o português foi feita no Brasil com o título “*Um caminho do Socialismo*” no contexto após visita do autor ao território brasileiro em 1964.

Na formação do estado federal, Diop defende que o formato assumido pelo governo deveria se configurar a partir de uma percepção sobre a história. Apresenta como forma de governo o “bicameralismo” e destina todo um capítulo para fundamentá-lo. Segundo sua tese, este sistema remonta ao “tempo dos faraós”, quando o matriarcado vigorava e constituía um sistema político que “dava às mulheres a participação nos espaços públicos” (DIOP, 1987, p.33). Segundo ele, as mulheres participavam de assuntos públicos sob a forma de uma assembleia feminina possuindo as mesmas prerrogativas que as dos homens (DIOP, 1987, p.33). Também assegura que o estado deveria ser um “reestabelecimento moderno” de uma “democracia” que supostamente seria corrente no período pré-colonial e que dever-se-ia ser retomado como uma “honra aos nossos ancestrais” (DIOP, 1987, p.33).

Assim, tanto Senghor quanto Diop compartilham de ideias federalistas, pensando que este sistema garantiria a democracia, ou seja, a participação mais ampla. No entanto, a argumentação diverge quando Senghor trata da democracia e do federalismo enquanto produtos da construção da modernidade do estado e da nação, assim como seria um projeto de futuro visando a congregação dos “valores” negro-africanos, árabo-bérberes e europeus – objetivando, por fim, a construção da “Civilização do Universal”. Já Diop pretende a construção da democracia e do federalismo sobre as bases de um passado suficientemente estudado (e reconhecido amplamente). Ao assumir e arguir em minúcias uma origem comum para os “povos africanos” – remetendo ao Antigo Egito – pretende dar as bases para a construção política Pan-Africana, com a ideia de “unidade africana”¹¹ assim como de uma retomada do que ele assinala como modelos políticos “pré-coloniais”.

Cabe dizer que a Federação do Mali é dissolvida após três meses de existência, por dissidências internas, originando dois estados independentes, o Senegal e o Mali (antigo Sudão Francês). Tal conflito e fragmentação se deve a disputas de poder e concepções políticas distintas, herdeiras do histórico de fragmentação do RDA. De um lado, Modibo Keita, líder do Mali, alinha-se à Sékou Touré, oriundo do movimento sindical (vinculado ao RDA e tendendo ao marxismo-leninismo), chefe de estado da Guiné-Conacri. Assim, Keita, direciona o estado

¹¹ Coleman e Rosenberg (1964) retratam que os Sudaneses estavam reunidos em torno de um partido único cujo líder era Modibo Keita e tinham uma unidade de ação que destoava das dissensões internas do UPS do Senegal. Tendo em vista a união dos dois territórios e suas estruturas administrativas e políticas em uma federação, o Senegal ficaria prejudicado economicamente com a união pois era um estado mais desenvolvido e a liderança forte e autoritária de Keita poderia sobrepujar os líderes senegaleses, que não estavam organizados em torno de uma figura única. Os autores analisam que Keita teria começado a cooptar lideranças muçulmanas e que o momento final de ruptura foi um congresso da juventude da UPS ao qual Keita, que estava como observador, quis se colocar lado a lado no debate com Senghor e Dia, como presidente do PFA do Senegal. Em torno das lutas de poderes, rompe-se a Federação do Mali depois de 3 meses de existência.

do Mali junto à experiência da União Gana-Guiné. Já Senghor procura um caminho socialista ao qual ele denominou “via africana do socialismo” para o Senegal: filia-se ao “Espírito de Bandung” (Senghor, 1965).

Senghor - “presidente-poeta” e Diop - “revolucionário-cientista”: balanços e considerações finais

Este texto apresentou algumas etapas do processo de descolonização do Império Francês, sem pretensão de esgotar o assunto, na busca de apresentar as diferenças no que tange a ideia de descolonização entre dois grandes intelectuais nascidos no Senegal, Léopold Senghor e Cheikh Anta Diop. Ambos são nomes importantes para pensar os movimentos que trataram da ideia de “Unidade Africana” assim como de suas respectivas construções de estados independentes. Percebeu-se uma parte da ampla gama de projetos políticos federalistas (ou não) para o continente africano pensada por líderes africanos.

Foi possível perceber, na primeira parte do texto, as divergências político-partidárias entre Senghor e Diop durante a década de 50: Diop era ligado aos quadros comunistas do RDA – relacionado aos quadros do Partido Comunista Francês – e Senghor vinculado aos quadros socialistas franceses da SFIO e do IOM. Tais divergências, em um período ainda anterior à independência, irão persistir após a descolonização e o processo de conformação da Federação do Mali.

Olhando para o que é denominado pelos autores como “questão cultural”, é perceptível as divergências no que tange os significados de “cultura negro-africana” e “África Negra”. Diop especula estas noções a partir do olhar da egiptologia, defendendo a construção de uma consciência histórica dos “africanos” sobre sua origem cultural e racial comum difundida a partir das migrações da antiga Civilização Egípcia, o que denotaria uma “Unidade cultural da África Negra”. Já Senghor defende que a “cultura negro-africana” e a “África Negra” é definida para além de sua “negritude”, ou seja, é o conjunto das civilizações negro-africana, árabo-bérberes e europeias que, pelos processos históricos de colonização, migrações e mestiçagem – os quais definiriam o continente africano em sua diversidade. Ele trata a “unidade” de África como uma “liberdade de escolha”, ou seja, uma opção política que seria o antídoto do perigo da “balcanização” – tendo em vista o processo de descolonização em um horizonte próximo.

Este trabalho possibilitou vislumbrar que a ideia de “África Negra” e “Civilização Negro-Africana” ou “Cultura Negro-Africana” não é uníssona, ou seja, há significações

distintas no que se relaciona a um possível embasamento para a “Unidade Africana” e consequentemente, tal incide na construção de diferentes projetos de futuro no terreno político africano. Em Senghor há uma leitura que olha antropológicamente para os processos de mestiçagens ocorridos em determinadas regiões do continente africano. Já em Diop há uma busca da construção de um discurso histórico a respeito da difusão e migração da Civilização Egípcia na antiguidade, dando origem às diferentes civilizações do continente africano.

Tais concepções distintas são retratadas em opostos projetos políticos para “África Negra”. Por mais que compartilhassem de concepções de molde federalista assim como da ideia de Unidade Africana, são opositores durante a conjuntura aqui apresentada. É interessante notar a insistência da concepção da via federalista como a mais acertada para ambos projetos políticos que, mesmo após a falência da Federação do Máli, ainda permanecem como molde para dar corpo político à Unidade. Por fim, pode-se dizer que a observação dos fundamentos da rivalidade entre Léopold Senghor e Cheikh Anta Diop, ajudam a compreender os debates sobre modernidade e história no âmbito da ideia de África e de “cultura africana”, colaborando para compreender os diferentes projetos políticos para África e as dissidências que tomam corpo no pós-1960.

Fontes

DIOP, Cheikh Anta. **Naciones negras y cultura**. Barcelona: Belaterra. 2012.

DIOP, Cheikh Anta. **The African Origin of Civilization: Myth Or Reality**. Chicago: Lawrence Hills Books, 1974.

DIOP, Cheikh Anta. **Unidade Cultural da África Negra: esferas do patriarcado e do matriarcado na antiguidade clássica**. Lisboa: Editora Pedagogo, 2015.

DIOP, Cheikh Anta. **Black Africa: the Economic and Cultural Basis for a Federated State**. Westport (EUA): Lawrence Hill and Company, 1987.

SENGHOR, Léopold Sédar. **Um caminho do socialismo**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1965.

SENGHOR, Léopold Sédar. **Liberté I – Négritude et Humanisme**. Paris: Éditions du Seuil, 1964.

Referências

BARRY, Boubacar. **Senegâmbia: O Desafio da História Regional**. Rio de Janeiro: Centro de Estudos Afro-Asiáticos/Universidade Cândido Mendes, 2000.

BENOT, Yves. **Ideologias das independências africanas**. Lisboa: Sá Costa Editoras, 1981.

BIRMINGHAM, David. **The decolonization of Africa**. London: Taylor & Francis e-Library, 2009.

COLEMAN, JS e ROSENBERG, C. Jr. **Political Parties and National Integration in Tropical Africa**. California: University of California Press, 1964.

COOPER, Frederick. **Citizenship between Empire and Nation: remaking French and French Africa 1945-1960**. Princeton: Princeton University Press, 2014.

ELAIGWU, J.I. MAZRUI, Ali. **Construção da nação e evolução das estruturas políticas**. In: História geral da África, VIII: África desde 1935 / editado por Ali A. Mazrui e Christophe Wondji. Brasília: UNESCO, 2010.

GINIO, Ruth. **French colonial unmasked: the vichy years in French West Africa**. Lincoln: University of Nebraska Press. 2006.

MARTIN, Nicolas. **Senghor et le monde: la politique internationale du Sénégal**. Paris: Afrique biblio club, 1979.

SHEPARD, Todd. **The Invention of Decolonization: The Algerian War and the Remaking of France**. Ithaca: Cornell University Press, 2006.

SURET-CANALE e BOAHEN. **A África Ocidental**. In: História geral da África, VIII: África desde 1935 / editado por Ali A. Mazrui e Christophe Wondji. Brasília: UNESCO, 2010.